

COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 3.204, DE 2023

Dispõe sobre a unificação dos prazos do estágio de convivência com a criança ou adolescente, na adoção.

Autor: Deputado PROF. PAULO FERNANDO

Relatora: Deputada ROGÉRIA SANTOS

I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto lei que tem por objetivo dispor sobre a unificação dos prazos do estágio de convivência com a criança ou adolescente na adoção.

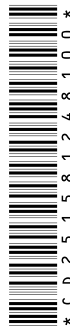
O autor da proposta justifica a sua iniciativa ao argumento de que

Hoje, a duração do estágio pode variar de família para família. É o juiz quem determina, levando em consideração a idade do adotando, o tempo de acolhimento institucional, a adaptação familiar dos envolvidos e o prazo máximo de noventa dias, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

No entanto, entendemos que esse prazo deve ser unificado em quarenta e cinco dias, prazo suficiente para a avaliação e que terá o condão de acelerar os processos de adoção, tendo em vista o interesse primordial da criança e do adolescente.

O projeto não possui apensos.

O projeto foi distribuído às Comissões de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania, esta última apenas para análise de constitucionalidade e de



juridicidade, conforme art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do RICD.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto nesta Comissão.

É o relatório.

2024-3271

II - VOTO DA RELATORA

Cabe a esta Comissão, com base no disposto na alínea “i” do inciso XXIX do art. 32 do Regimento Interno, pronunciar-se sobre matérias relativas à família, ao nascituro, à criança e ao adolescente;

De plano, vale ressaltar que a matéria objeto do projeto em epígrafe relaciona-se com o tema da criança e do adolescente, portanto, cabe a esta Comissão manifestar-se sobre o mérito da reforma legislativa.

Passemos, portanto, a análise do mérito da proposição.

O estágio de convivência é uma etapa muito importante no processo de adoção. Possibilita que os adotantes e o adotando possam se conhecer melhor e estabelecer vínculos afetivos antes da efetivação da adoção.

Nos dizeres do autor do projeto, Deputado Prof. Paulo Fernando:

O estágio de convivência é o período de interação entre os pretendentes e a criança ou adolescente a ser adotado, e representa uma fase de descobertas e aprendizagens mútuas, fundamentais para a construção de relações seguras e afetuosas. É o momento em que acontecem as alterações na rotina, na condição financeira e no tempo de todos os envolvidos.

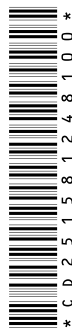


O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece, no caput do seu art. 46, que a adoção para residentes no Brasil será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, observadas a idade da criança ou adolescente e as peculiaridades do caso. Em caso de adoção por pessoa ou casal residente ou domiciliado fora do País, o estágio de convivência será de, no mínimo, 30 (trinta) dias e, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável por até igual período, uma única vez, mediante decisão fundamentada da autoridade judiciária.

Dessa forma, a duração do estágio de convivência não tem um prazo uniforme. Para os residentes no Brasil, pode variar de caso a caso, alcançando o patamar máximo de 90 dias e para os domiciliados no exterior, o prazo vai de 30 até 45 dias. O juiz estabelece o prazo, considerando a idade do adotando, a duração do acolhimento institucional, a adaptação familiar dos envolvidos e o limite máximo de noventa dias conforme estipulado no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A presente modificação legislativa, ao unificar o prazo de convivência, corrige essa distorção que não tem razões lógicas para existir. O projeto de lei em questão propõe uma modificação significativa no processo de adoção estabelecido pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O Artigo 46 dessa lei, que trata do estágio de convivência prévio à adoção, será alterado para estipular um prazo único de 45 dias para essa etapa, com possibilidade de prorrogação por igual período mediante decisão fundamentada da autoridade judiciária. Ressalte-se que essa regra também valerá para casos de adoção por pessoa ou casal residente fora do país.

Unificar o prazo do estágio de convivência na adoção apresenta diversas vantagens que vão desde a simplificação e celeridade do processo até a garantia de igualdade de tratamento para todos os envolvidos, independentemente de seu domicílio.



Note-se ainda que o prazo único permitirá que tanto os adotantes quanto os operadores do direito saibam de antemão o tempo de duração do estágio de convivência. Isso evita conflitos e incertezas.

A proposição legislativa em apreço é, de fato, recomendável e oportuna, merecendo prosperar, pelos seus próprios fundamentos.

Face ao exposto, votamos, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.204, de 2023.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputada ROGÉRIA SANTOS
Relatora

2024-3271

